



MEDIEVALISTA

N.º 32 | Julho – Dezembro 2022

ISSN 1646-740X

---

**Enfrentar a peste numa vila da Idade Média: Funchal,  
1488-1489 (Nótula de história urbana)**

**Facing the plague in a village from the Middle Ages: Funchal,  
1488-1489 (Notes on Urban history)**

*Iria Gonçalves*

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,  
Instituto de Estudos Medievais  
Centro de Estudos Históricos  
1070-312 Lisboa, Portugal

Data recepção do artigo / Received for publication: 22 de Fevereiro de 2022

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 9 de Abril de 2022

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5700>

## RESUMO

Sobretudo a partir de meados do século XIV, a Europa foi sendo alvo de recorrentes surtos de peste, que pelo seu elevado grau de contágio e pelo seu alto poder letal, servidos pela completa ineficácia dos remédios preconizados pela medicina, deformavam e condicionavam a vida de toda a população. Com o decorrer dos tempos, a sociedade foi aprendendo algumas formas de minimizar os efeitos da doença e foi-as aplicando, embora sem grande êxito. Mas nunca desistindo. E algumas dessas formas, embora apoiadas por outras condições de vida mais evoluída, mantiveram-se até hoje.

**Palavras-chave:** Funchal; epidemias; peste; guarda dos caminhos.

## ABSTRACT

Particularly from the middle of the 14th century onwards, Europe suffered recurrent outbreaks of the plague, which, due to its high degree of contagion and its high lethal power, served by the complete ineffectiveness of the remedies recommended by medicine, deformed and conditioned the life of the entire population. As time went by, society learnt some ways of minimizing the effects of the disease: and applied them, although without much success. But never giving up. And some of these ways, although supported by other more evolved living conditions, have remained until today.

**Keywords:** Funchal; epidemics; plague; path guard.



## 1 – A peste: o terrível mal

Entre os males que desde sempre afligiram a humanidade, a peste foi um daqueles que principalmente se destacaram. Como ficou bem explicitado no apelo que, durante séculos, foi sendo enviado a Deus por muitas gerações de gentes apavoradas pela simples lembrança de tal flagelo: “da fome, da peste e da guerra, livrai-nos Senhor”.

Com efeito, até épocas bem próximas de nós, a humanidade não tinha qualquer maneira, minimamente eficaz, de enfrentar o flagelo<sup>1</sup>, fosse ele, na verdade, uma peste, ou qualquer outra doença, mais ou menos aparentada, desde que muito contagiosa e mortífera<sup>2</sup>. Apavorante, por conseguinte, e, por isso mesmo, sentida e designada por peste. E era mais temível ainda porque não se conhecia a origem do mal, e, talvez sobretudo, porque se atribuía a castigo de Deus pelos pecados que diariamente se cometiam. Ora, esta era uma crença professada por todos<sup>3</sup>, inclusive

<sup>1</sup> Até bem entrado o século XVIII, nenhum dos remédios preconizados pela medicina podia surtir qualquer efeito. Peio J. MONTEANO SORBET (*Un enemigo mortal e invisible: los navarros en la era de la peste (1348-1723)*). 2ª ed. Pamplona: Pamiela, 2020, p. 18) diz-nos que até ao século XVIII nada existia, em torno da peste, a que possamos chamar ciência. Naturalmente assim era, aplicando o conceito actual de ciência, o que talvez não seja o mais correcto. Mário da Costa ROQUE (*As pestes medievais e o “Regimento proueytoso contra ha pestenença”*. Lisboa, Valentim Fernandes (1495-1496). *Tentativa de interpretação à luz dos conhecimentos pestológicos actuais*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979, p. 69) diz mais: que só no fim daquele século surgiram os primeiros resultados positivos, mas ainda assim aleatórios, com um soro obtido a partir de sangue de cavalos imunizados contra o bacilo, mas só em 1944 a estreptomocina tornou a peste uma doença perfeitamente tratável.

<sup>2</sup> Talvez esta a que vou referir-me não tivesse sido, efectivamente, uma peste, na medida em que as mortes referenciadas não foram muitas. Mas chegou para alarmar, quanto baste, os funchalenses de então. E não só a eles, naturalmente. Mas foi, sem dúvida, sentido como peste.

<sup>3</sup> Podem ver-se, entre muitos outros autores: AMASUNO, Marcelino V. – *Contribución al estudio del fenomeno epidémico en la Castilla de la primera mitad del siglo XV: el “Regimento contra la pestilencia” del bachiller Alfonso López de Valladolid*, Valladolid: Universidad de Valladolid, 1988, p. 13; CARMONA GARCÍA, Juan Ignacio – *Enfermedad y sociedad en los primeros tiempos modernos*. Sevilha: Universidad de Sevilla, 2005, p. 44; MITRE FERNÁNDEZ, Emilio – *Fantasmas de la sociedad medieval: enfermedad, peste, muerte*. Valladolid: Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones E I, 2004, pp. 88-89; MONTEANO SORBET, Peio J. – *Un enemigo mortal e invisible*, p. 185; ROQUE, Mário da Costa – *As pestes medievais e o “Regimento proueytoso contra ha pestenença”*, p. 183; RUBIO VELA, Agustín – *Peste Negra, crisis y comportamientos sociales en la España del siglo XIV: la ciudad de Valencia (1348-1401)*. Granada: Universidad de Granada, 1979, p. 82; COELHO, Maria Helena da Cruz – «“Fugir depressa, para longe e por muito tempo”: comportamentos dos homens acossados pela peste». *Memórias da Academia de Marinha* 50 (2020), pp. 441-442. Como já acontecia na Grécia antiga: PEÑA, Carmen; GIRÓN, Fernando – *La prevención de la enfermedad en la España bajomedieval*. Granada: Universidad de Granada, 2006, p. 146.

pelas mentes mais cultas e esclarecidas da época<sup>4</sup>, o que sobremaneira agravava os efeitos perniciosos da moléstia<sup>5</sup>. Na verdade, se assim não fosse, o mal poderia ser enfrentado, ao menos sem problemas de consciência.

É certo que a intelectualidade medieval, embora, naturalmente, admitindo que Deus era a causa do mundo e de tudo o que nele existia e acontecia, soube estabelecer a distinção entre causalidade primeira – Deus Omnipotente – e muitas outras causas secundárias, conseguindo assim uma certa margem de manobra para defrontar o mundo, a criação de Deus, com alguma autonomia. No que se refere, entre outras coisas, às questões de saúde, embora admitindo a relação pecado/doença e aceitando a superioridade do médico da alma sobre o do corpo, aquela distinção entre causalidades permitiu-lhe integrar as questões relativas à saúde e à doença entre as causas secundárias, criando assim a possibilidade de procurar origens naturais para explicar o aparecimento de muitas doenças e, assim, tentar agir sobre elas. Tanto quanto os conhecimentos da época o permitiam<sup>6</sup>. É certo que, no concernente à peste, a acção medicinal careceu sempre de qualquer eficácia, mas, ainda assim, as tentativas foram muitas.

Procuraram-se as causas naturais e elas encontraram-se em certas conjugações dos astros, nas águas contaminadas<sup>7</sup>, nos ares corruptos<sup>8</sup>, vindos não se sabia de onde,

<sup>4</sup> Como era o caso, entre outros, de D. João II, expresso, por exemplo, em documento publicado por Eduardo Freire de Oliveira (*Elementos para a historia do municipio de Lisboa*. T. I, 1.<sup>a</sup> parte. Lisboa: Typografia Universal, 1882, p. 347), ou de D. Duarte, como ele próprio diz no “Leal Conselheiro” (DOM DUARTE – “*Leal Conselheiro*”. In *Obras dos príncipes de Avis*. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1981, cap. LIV, p. 358).

<sup>5</sup> Jean-Pierre Leguay diz-nos muito chãmente, mas ao mesmo tempo de forma lapidar: “Des maladies vécués comme une punition divine, font peur”. LEGUAY, Jean-Pierre – “La peur dans les villes bretonnes au XV<sup>e</sup> siècle”. *Peurs citadines, Histoire urbaine 2* (Décembre 2000), p. 77.

<sup>6</sup> Sobre este assunto podem ver-se GARCÍA BALLESTER, Luis – *La búsqueda de la salud: sanadores y enfermos en la España medieval*. Barcelona: Península, 2001, pp. 159-160 e também MONTEANO SORBET, Peio J. – *Un enemigo mortal e invisible*, pp. 185-186.

<sup>7</sup> Não serão muitos aqueles que se referem às águas contaminadas, pelo menos em relação àqueles outros que culpam os ares corruptos. Mas fá-lo D. Duarte, no seu *Leal Conselheiro*, cap. LIV, p. 358.

<sup>8</sup> Muitos autores se têm referido a estas causas que a Idade Média aceitava, até porque elas ficaram profusamente declaradas em numerosos escritos da época. Podem ver-se, por exemplo: CARMONA GARCÍA, Juan Ignacio – *Enfermedad y sociedad en los primeros tiempos modernos*, p. 44; MONTEANO SORBET, Peio J. – *Un enemigo mortal e invisible*, pp. 193-194; BUENO DOMÍNGUEZ, María Luísa – *Espacios de vida y muerte en la Edad Media*. Zamora: Semuret, 2001, p. 419.

pelo menos os que davam origem às primeiras manifestações da doença<sup>9</sup>. Isso porém, não impedia que se continuasse a considerar este mal causado pela ira de Deus provocada pela humanidade pecadora. Deus, como criador e senhor do mundo, podia agir por meio das conjunções astrais, da corrupção dos ares, ou por outro meio<sup>10</sup>. Mas foi-se conhecendo, empiricamente embora e com especulações de vária ordem, alguma coisa sobre este mal, como sejam a rapidez de propagação, a letalidade imensa que provocava e, como elemento de algum interesse para fugir ao contágio, apercebeu-se, aliás com alguma rapidez, que as aglomerações humanas, a circulação de objectos como tecidos, alimentos e outros ou a sujidade das ruas urbanas ajudavam a sua propagação<sup>11</sup>. De resto, o único remédio eficaz que se conhecia era a fuga. Quando se podia.

É certo que os tratados médicos proliferavam, sobretudo durante o século XV<sup>12</sup>, quando os efeitos da doença eram já mais conhecidos e sentidos, por vezes, pelo próprio tratadista, mas nada do que propunham tinha qualquer influência sobre o mal. Aliás, repetiam-se uns aos outros, sempre com a mesma ineficácia<sup>13</sup>.

Sobretudo a partir de meados do século XIV, com o eclodir da chamada Peste Negra, que tão dramaticamente marcou toda a sociedade da época e se prolongou, em

<sup>9</sup> Sobre a peste negra, já Élisabeth Carpentier diz que ela teria vindo “de ce berceau primaire de l’infection qu’est le plateau central de l’Asie (CARPENTIER, Elisabeth – *Une ville devant la peste: Orvieto et la Peste Noire de 1348*. Paris: S. E. V. P. E. N., 1962, p.114). Muitos outros autores continuaram a afirmar o mesmo.

<sup>10</sup> Vejam-se, por exemplo: FRUGONI, Chiara – *Paure medievali: epidemie, prodigi, fine del tempo*. Bolonha: Il Mulino, 2020, pp. 108-110, ou FALK, Seb – *A Idade Média: a verdadeira Idade das Luzes*. Trad. de Elsa T. S. Vieira. Lisboa: Bertrand, 2021, p. 265.

<sup>11</sup> Sobre este ponto veja-se MONTEANO SORBET, Peio J. – *Un enemigo mortal e invisible*, p. 186.

<sup>12</sup> Diversos investigadores se têm debruçado já sobre estes tratados. Podem ver-se, entre vários outros: GARCÍA BALLESTER, Luis – *La búsqueda de la salud: sanadores y enfermos en la España medieval*, pp. 324-327; ALBINI, Giuliana – *Guerra, fame, peste: crisi di mortalità e sistema sanitario nella Lombardia tardomedievale*. Bolonha: Cappilli editore, 1982, p. 92; ROQUE, Mário da Costa – *As pestes medievais e o “Regimento proueytoso contra ha pestenença”*, sobretudo p. 183; principalmente AMASUNO, Marcelino V. – *La peste en la Corona de Castilla durante la segunda mitad del siglo XIV*. Salamanca: Consejería de Educación y Cultura, 1996; AMASUNO, Marcelino V. – “Literatura y epidemia: hacia una cronología del fenomeno pestoso en la Castilla del primer tercio del siglo XV”. In *Medicina castellano-leonesa bajomedieval*. Valladolid: Secretariado de Publicaciones, Universidad, 1991, pp. 9-35.

<sup>13</sup> Existe pelo menos um desses tratados em tradução portuguesa, de cujo incunábulo foi feita uma edição, pelo menos, no século XX: *Regimento proueytoso contra a pestenença*. Porto: Livraria Civilização, 1962. Mário da Costa Roque publicou a sua transcrição em *As pestes medievais e o “Regimento proueytoso contra ha pestenença”*, pp. 315-339.

surtos vários, pelos tempos seguintes<sup>14</sup>, a Europa foi sendo açoitada, intermitentemente, até bem entrado o século XVIII, por focos pestilenciais<sup>15</sup> que alastravam por áreas mais ou menos dilatadas e se prolongavam por períodos mais ou menos largos<sup>16</sup>, deixando sempre na sua esteira rastros de ruína, de tragédia, de incontáveis mortes. Pode ser dito que nenhuma geração permaneceu incólume durante todos estes séculos. No que se refere à Península Ibérica, Marcelino Amasuno considera que em toda a Baixa Idade Média a peste foi um processo nitidamente endêmico<sup>17</sup>.

<sup>14</sup> Yves Renouard considerou a Peste Negra, pela catástrofe demográfica que provocou e pela amplidão das consequências de toda a ordem a que deu origem, um dos acontecimentos mais importantes do milénio. RENOUARD, Yves – “Conséquences et intérêt démographique de la Peste Noire de 1348”. In *Études d’histoire médiévale*. Vol. 1. Paris: S. E. V. P. E. N., 1968, p. 157. Repete, embora com referência apenas ao século XIV em RENOUARD, Yves – “L’évènement mondial le plus important du XIV<sup>e</sup> siècle: la Peste Noire de 1348-1350”. In *Études d’histoire médiévale*. Vol. 1. Paris: S. E. V. P. E. N., 1968, p. 143.

<sup>15</sup> Muitos investigadores salientaram já este problema, tentando, ou não, estabelecer cronologias. Poderei citar, entre outros: AMASUNO, Marcelino V. – “Cronología de la peste en la Corona de Castilla durante la segunda mitad del siglo XIV”. *Studia historica. Historia medieval* 12 (1994), pp. 25-32; AMASUNO, Marcelino V. – “Literatura y epidemia”, pp. 11-35; CAMPS I CLEMENTE, Manuel; CAMPS I SURROCA, Manuel – *La pesta del segle XV a Catalunya*. Lérida: Edicions i Publicacions de la Universitat de Lleida, 1998, pp. 281-292; MONTEANO SORBET, Peio J. – *Los navarros ante el hambre, la peste, la guerra y la fiscalidad*, p. 172; TOUATI, François-Olivier – “Un mal que reprend la terreur? Espace urbain, maladie et epidemies au Moyen Age”. *Peurs citadines, Histoire urbaine* 2 (Dezembro de 2000), pp. 9-38; ALBINI, Giuliana – *Guerra, fame, peste*, pp. 22-62. Cronologias que têm sido tentadas para espaços mais ou menos alargados. Naturalmente que também para Portugal algumas tentativas têm sido feitas e desde bastante cedo, a começar com MEIRELES, Antonio da Cunha Vieira de – *Memorias de epidemiologia portuguesa*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1866, *passim*, continuando com BARROS, Henrique da Gama – *Historia da administração publica em Portugal nos séculos XII a XV*. 2<sup>a</sup> ed.. Org. por Torquato de Sousa Soares. T. V. Lisboa: Sá da Costa, s.d., pp. 165 e seguintes; MARQUES, A. H. de Oliveira – *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos de vida quotidiana*. 6<sup>a</sup> ed.. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010, pp. 121-122; MARQUES, A. H. de Oliveira; – *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Vol. IV da *Nova História de Portugal*. Dir. A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 21; FERREIRA, Maria Emília Cordeiro – “Epidemias”. In Serrão, Joel (dir.) – *Dicionário de história de Portugal*. Vol. II. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1965, pp. 62-64: a terminar, para já, COELHO, Maria Helena da Cruz – “«Fugir depressa, para longe e por muito tempo»: comportamentos dos homens acossados pela peste”. *Memórias da Academia de Marinha* 50 (2020), p. 440.

<sup>16</sup> Como exemplo de período bem dilatado poder-se-á lembrar um surto de peste que grassou em Portugal durante o final do século XV – precisamente aquele onde se integra o episódio a que irei referir-me – e que Rui de Pina nos diz ter sido “grande e muy crua pestenença” e que se prolongou por dezassete anos (PINA, Ruy de – “Chronica do Senhor Rey D. Affonso V”. In *Crónicas de Rui de Pina*. Int. e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977, cap. CCVIII, p. 873). Maria Helena da Cruz COELHO (“«Fugir depressa, para longe e por muito tempo»”, p. 440) prolonga-o por vinte e um anos, entre 1477 e 1497. Maria José Pimenta Ferro TAVARES (*Os judeus em Portugal no século XV*. Vol. I. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1982, p. 425), apresenta uma lista cronológica entre 1477 e 1493, onde, para todos os anos, indica povoações infectadas pela peste.

<sup>17</sup> AMASUNO, Marcelino V. – “Literatura y epidemia”, p. 9.

É certo que já a alta medievalidade, entre os séculos VI e VIII e sobretudo na bacia do Mediterrâneo tinha sofrido os fortes embates da peste<sup>18</sup> e o mesmo século XIV tinha conhecido já outros episódios de grave mortalidade<sup>19</sup>, mas foi efectivamente a partir de meados de Trezentos que se sofreram os seus mais duros assaltos<sup>20</sup>. A rapidez e abrangência do contágio<sup>21</sup>, a mortalidade catastrófica que provocava, a óbvia impotência para o enfrentar não podiam deixar ninguém indiferente e a lembrança dos episódios então vividos seria guardada na memória de todos. E transmitida aos mais novos, àqueles que, por ventura, não teriam ainda conhecido os seus efeitos, mas começavam, por essa via, a ser neles introduzidos. E sobre estas desgraças, directa ou indirectamente conhecidas, teria que pairar como uma sombra que potenciaria as próprias calamidades e não podia deixar de perturbar as consciências da época: tratava-se de uma punição divina. Algo de infinitamente maior do que tudo quanto a mente humana era capaz de imaginar e perante a qual a fraqueza dos homens e das mulheres era de todo impotente. Restava um único recurso: implorar, fazendo penitência.

Numa situação destas, o medo – diversos investigadores têm falado em terror – não poupava ninguém<sup>22</sup>. E o medo da morte, já de si, em regra, superlativo<sup>23</sup>, potenciado pela crença de que Deus se encontrava de tal modo zangado com toda a humanidade

<sup>18</sup> O que já há muito ocupou alguns investigadores, como BIRABEN, Jean-Noel; LE GOFF, Jacques – “La peste dans le Haut Moyen Âge”. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations* 6 (1969), *passim*; DELUMEAU, Jean – *La peur en Occident (XIV<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècles): Une cité assiégée*. Paris: Fayard, 1978, p. 98; CARMONA GARCÍA, Juan Ignacio – *Enfermedad y sociedad en los primeros tiempos modernos*, p. 40; MONTEANO SORBET, Peio J. – *Un enemigo mortal e invisible*, p. 25.

<sup>19</sup> Como verificou CARPENTIER, Elisabeth – “Autour de la peste noire: famines et épidémies dans l’histoire du XIV<sup>e</sup> siècle”. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations* 6 (1962), p. 1080.

<sup>20</sup> Luis GARCÍA BALLESTER (*La búsqueda de la salud: sanadores y enfermos en la España medieval*, p. 633) classifica estes surtos pestíferos de situações extremas. Aliás, relativamente à Peste Negra calculou-se que, directa e indirectamente, metade da população europeia teria desaparecido na sua sequência.

<sup>21</sup> Baseado numa carta missiva escrita por um clérigo florentino durante o período em que grassou a Peste Negra, Juan Ignacio CARMONA GARCÍA (*Enfermedad y sociedad en los primeros tiempos modernos*, p. 58) diz-nos que o contágio era o mais espantoso dos terrores.

<sup>22</sup> Muito se tem escrito sobre este tema, várias têm sido as abordagens e os focos que cada autor, sobretudo, tem explorado. Podem ver-se algumas dessas explanações em: CARMONA GARCÍA, Juan Ignacio – *Enfermedad y sociedad en los primeros tiempos modernos*, pp. 59-71; DELUMEAU, Jean – *La peur en Occident (XIV<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècles)*, p. 98 e seguintes; BUENO DOMÍNGUEZ, María Luísa – *Espacios de vida y muerte en la Edad Media*. Zamora: Semuret, 2001, pp. 417-423; MONTEANO SORBET, Peio J. – *Los navarros ante el hambre, la peste, la guerra y la fiscalidad*, p. 172; LEGUAY, Jean-Pierre – “La peur dans les villes bretonnes au XV<sup>e</sup> siècle”, p. 77 e seguintes.

<sup>23</sup> Sobre o medo da morte veja-se, por todos, DELUMEAU, Jean – *La peur en Occident (XIV<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècles)*, p. 77, e seguintes.

que lhe enviava tamanha punição, e antevendo, por isso, castigos eternos, devia ser, com efeito, pavoroso.

Era necessário, até por tudo isto, envidar os esforços possíveis para afugentar o mal. Quando chegamos aos finais do século XV, a experiência acumulada era já muita. E uma vez que se conhecia um único remédio eficaz – a fuga, o isolamento –, era nessa direcção que se precisava caminhar. Havia assim já, largamente experimentada, uma série de medidas que, se eram ineficazes para curar a doença, minimizavam, pelo menos um tanto, o seu alastramento.

Deste modo, quando, mais uma vez, no Funchal soou o alerta de que grassava a peste no reino e chegara já à ilha, foram de imediato postos em acção os mecanismos já habituais.

Sobre este surto epidémico na Madeira chegaram até nós umas quantas informações, embora poucas, referentes aos trabalhos que o governo municipal funchalense desenvolveu no sentido de fazer face ao problema. Permitem-nos, essas informações, conhecer algumas das medidas que então foram implementadas. Tentemos aproveitá-las.

## **2 – Na Madeira**

Poderia parecer, atentando na situação geográfica da Madeira e assim da sua capital, considerando as suas condições de ilha, portanto de espaço fechado em todo o seu redor por fronteira marítima que, ao tempo, dificilmente conseguiria ser devassado sem que, atempadamente, fosse possível, em terra, prepararem-se para impedir entradas indesejadas, que era fácil, para os madeirenses, manterem-se isolados, usando o único obstáculo conhecido à entrada da peste. Contudo, essas condições que, em teoria, lhe permitiriam evitar contágios, trabalhavam, por outro lado, em seu desfavor.

Ilha em meio do Atlântico, só a chegada de um barco lhe poderia levar a notícia de que, mais uma vez, a tragédia estava a acontecer em qualquer lugar, mas podia, de igual modo, transportar – infiltrar – o contágio. Viesse ele, embora, de longínquas

paragens. Além disso, uma ilha dificilmente se bastaria a si própria, sobretudo praticando uma economia como a sua, tão dependente, como já era, de vastos circuitos internacionais – embora muito por intermédio de Lisboa – que a colocavam, neste xadrez de importações e exportações, em contacto com todas as paragens.

As suas relações com o exterior precisavam ser variadas e assíduas, tanto mais quanto os produtos que exportava, ricos que eram, mostravam-se incapazes de satisfazer as mais básicas e elementares necessidades humanas. Precisavam, para isso, ser transformados em numerário, em primeiro lugar o açúcar, o mais rico e apetecido<sup>24</sup>. Precisamente por isso, a partir de meados do século XV, passou a ser a produção dominante, tornando a ilha cada vez mais dependente do exterior. E mais do que todas a capitania do Funchal, onde se localizavam as melhores terras para a sua cultura<sup>25</sup>. Iam-se roubando cada vez mais agros para os outros produtos, menos ricos, mas mais necessários à vida<sup>26</sup>. Em primeiro lugar para os cereais.

Assim, tudo circulava à volta da Madeira<sup>27</sup>: barcos, produtos, homens, doenças contagiosas – pestes.

Por isso a Madeira, como qualquer outro espaço, não podia manter-se à margem dos ataques da epidemia. E ela chegou, neste caso por volta de finais de Agosto ou princípios de Setembro de 1488<sup>28</sup>.

<sup>24</sup> Aliás, António Aragão diz que o açúcar até “funcionava como moeda primordial”. ARAGÃO, António – *Para a história do Funchal*. 2ª ed.. Funchal: Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1987, p.70.

<sup>25</sup> ALBUQUERQUE, Luís; VIEIRA, Alberto – *O arquipélago da Madeira no século XV*. Funchal: Soc. Reg. do Tur. e Cult. Centro de Est. de Hist.do Atlântico, 1987, pp. 46-47.

<sup>26</sup> Sobretudo no que se refere à capitania do Funchal, António ARAGÃO (*Para a história do Funchal*, p. 70) fala em “arrasante monocultura açucareira”.

<sup>27</sup> Sobretudo o açúcar, porque era produto muito rico e cobiçado, não podia deixar de circular, porque alimentava um importante mercado legal, a movimentar avultadíssimo numerário, que atraía muitos barcos e homens ao Funchal, mas que suscitava, também uma activa pirataria em grande parte do seu percurso, como refere Ana Maria Pereira Ferreira. FERREIRA, Ana Maria Pereira – *Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*. Cascais: Patrimonia, 1995, pp. 280-293; FERREIRA, Ana Maria Pereira – “A Madeira, o comércio e o curso francês na primeira metade do século XVI”. Separata de *Actas do I Colóquio internacional de história da Madeira*. Vol. I. Funchal: Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração - DRAC, 1989, p. 483, p. 488.

<sup>28</sup> As únicas informações que pude encontrar sobre este surto de peste no Funchal provêm das actas de vereação da câmara municipal, correspondentes ao ano económico de 1488-1489. As primeiras menções à doença ficaram registadas na sessão de 13 de Setembro de 1488 (*Vereações da Câmara*

### 3 – E a peste chega ao Funchal

Uma das primeiras referências à doença diz-nos que alguém, eventualmente um forasteiro, porque nunca nos foi dito o seu nome, o que era pouco habitual nestes casos, adoecera ou chegara já doente e fora desviado e deslocado para Santa Catarina, acompanhado por duas mulheres, sem dúvida para se ocuparem das suas necessidades básicas e medicamente assistido, como era vulgar na época, por um barbeiro, de nome Diogo Fernandes. Ficou recomendado que tudo fosse feito com o maior resguardo, e o “médico assistente” foi muito bem pago: mil e quatrocentos reais<sup>29</sup>.

Tudo isto indicia já doença grave e contagiosa. Caso contrário o doente seria tratado no Funchal<sup>30</sup> e os órgãos concelhios nada teriam a ver com o assunto, porque o caso não representaria perigo para a saúde pública. Mas uma outra referência, expressa na mesma sessão camarária é já bem explícita. Diz-nos que se alguém adoecer dos “maos ares” será levado para Santa Catarina, onde será provido de quanto lhe seja necessário<sup>31</sup>. Aqui, o mal já recebeu um nome que todos entendiam, não ainda o de

---

*Municipal do Funchal. Século XV*. Ed. José Pereira da Costa. Funchal: Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1995, p. 208 – doravante *V. C. M. F.*), mas havia já alguns dias, quatro ou cinco pelo menos (*V. C. M. F.*, p. 212), ou talvez mais, que ela aí se tinha declarado. Não pude saber exactamente, em que dia começava, no Funchal, o exercício camarário, uma vez que, como é sabido, esse dia variava de um para outro concelho. Contudo, as datas da primeira e última sessões de cada executivo apontam para 24 de Junho, dia de S. João Baptista (*V. C. M. F., passim*), o dia mais vulgarmente seguido para o início dos trabalhos. Assim sendo, e uma vez que entre aquela data e 17 de Setembro – o ano anterior não se encontra documentado – não há qualquer referência à peste, só pode ser aquela atrás apontada a altura dos primeiros ataques da epidemia. No entanto, várias referências, provenientes de futuras vereações obrigam a antecipar bastante as primeiras ocorrências da doença.

<sup>29</sup> *V. C. M. F.*, p. 208.

<sup>30</sup> Afastar os doentes de peste dos centros populacionais foi uma das medidas mais vulgarmente usadas nestes casos, sobretudo a partir da altura em que as experiências anteriormente vividas já haviam demonstrado até onde podia chegar a ferocidade do contágio. Podem ver-se, entre outros autores: SAINT-ÉLOY, Madeleine – “Quand la peste regnait à Nevers 1399-1628”. *Bulletin philologique et historique I* (1966-1968), p. 340; MARQUES, José – “Administração municipal de Vila do Conde, em 1466”. Separata de *Bracara Augusta* Vol. XXXVII – Fasc. 83-84 (96-97) Janeiro-Dezembro de 1983, p. 45; MOISÃO, Cristina – *A arte das mãos: cirurgia e cirurgiões em Portugal durante os séculos XII a XV*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos - Universidade Nova de Lisboa, 2018, p. 43; TAVARES, Maria José P. Ferro – “A política municipal de saúde pública (séculos XIV-XV)”. *Revista de História Económica e Social* 19 (Janeiro-Abril 1987), p. 23; BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond – “Para a história do medo no Portugal quinhentista: peste e religiosidade”. *Revista de Ciências históricas VIII* (1993), p. 85; ROQUE, Mário da Costa – *As pestes medievais e o “Regimento proueytoso contra ha pestenença”*, p. 179 e seguintes, entre vários outros.

<sup>31</sup> *V. C. M. F.*, p. 208.

peste, mas aquele que mais recorrentemente seria usado<sup>32</sup>. Ao mesmo tempo, está bem patente o alarme: já sabem que o mal chegou e que é contagioso, já se esperam outros casos, já se põe em acção a primeira e mais elementar das medidas então preconizadas e que, aliás, provava ter alguma eficácia: afastar os doentes do convívio com as pessoas saudáveis. É certo que precisavam ser tratados, ser providos de tudo quanto é indispensável à vida. Por pessoas ainda com saúde. Porém, em tais circunstâncias, não devia ser fácil encontrar cuidadores. E aqueles que se disponibilizavam – alguns, por certo, seriam, por qualquer modo, constringidos a isso – eram bem pagos. Como aquele Diogo Fernandes a que acima fiz referência.

Após este primeiro embate, que resultou na morte do paciente<sup>33</sup>, mas, ao que parece, sem ter contaminado os seus cuidadores<sup>34</sup>, outros se lhe seguiram, por certo trazidos pelos barcos que continuavam a aportar<sup>35</sup>. Naturalmente, era a cadeia que se ia formando, composta, agora, por forasteiros, mas, dentro em pouco, também por naturais. Os doentes continuavam a ser enviados para Santa Catarina, sempre com menção aos respectivos tratadores, que aí ficavam de quarentena após a recuperação – que, contudo, nunca se encontra registada – ou a morte do doente<sup>36</sup>. Precaução universalmente seguida, como já atrás ficou lembrado<sup>37</sup>. Aliás, a similitude de medidas, não só neste pormenor como em todos os outros que mais

---

<sup>32</sup> Penso ser muito interessante verificar como tantas coisas se repetem ao longo dos tempos, talvez para que não nos esqueçamos de que a natureza humana é sempre a mesma. Já nos nossos dias, ao menos entre as populações não muito esclarecidas, evitava-se falar em cancro, a doença então mais temível, mas encontravam-se diversos outros termos para a designar.

<sup>33</sup> V. C. M. F., p. 212.

<sup>34</sup> Não parece ter sido muito contagioso este surto epidémico, nem ter causado, ao menos na Madeira, número muito elevado de mortes. Poderá ter sido então qualquer doença aguda das vias aéreas superiores, como refere ROQUE, Mário da Costa – *As pestes medievais e o “Regimento proueytoso contra ha pestenença”*, p. 183. É sabido que nem todas as epidemias consideradas, na época, como pestes, o eram efectivamente.

<sup>35</sup> V. C. M. F., p. 210.

<sup>36</sup> V. C. M. F., p. 212, p. 239.

<sup>37</sup> Como para outros pontos aqui focados, já são muitos os investigadores que, em diversos espaços europeus, se interessaram em estudá-los. Podem ver-se, como exemplo: MONTEANO SORBET, Peio J. – *Los navarros ante el hambre, la peste, la guerra y la fiscalidad*, p. 145; MONTEANO SORBET, Peio J. – *Un enemigo mortal e invisible*, pp. 99-100; RODRIGUES, Maria Teresa Campos – *Aspectos da administração municipal de Lisboa no século XV*. Lisboa: Imprensa Municipal de Lisboa, 1968, pp. 116-117; ROQUE, Mário da Costa – *As pestes medievais e o “Regimento proueytoso contra ha pestenença”*, p. 184; MONTEMAYOR, Julián – “Una ciudad frente a la peste: Toledo a fines del XVI”. *En la España medieval* 7 (1985), p. 1117. Pode ainda ver-se outra bibliografia citada atrás, na nota 30.

adiante referirei, também já foi notada pela investigação, como não podia ter deixado de acontecer<sup>38</sup>.

A principal preocupação do governo funchalense, ao menos durante os primeiros meses do flagelo, parece ter sido impedir que as tripulações dos barcos que procuravam a vila, nela entrassem sem terem cumprido o tempo estipulado para a quarentena obrigatória: vinte dias<sup>39</sup>. Numa determinada altura, discutida em vereação de 20 de Setembro, estiveram à entrada do porto quatro naus, três das quais já tinham cumprido o tempo de espera, mas os homens das suas tripulações “misturaram-se” com os de uma quarta que chegava do Porto, “tam impidoso”, pelo que todos tiveram que continuar em quarentena, após o que, tendo assoalhado tudo quanto levavam, puderam sair, sob juramento<sup>40</sup>.

Até então, grassando a peste em Portugal ou em outras partes da Europa, tinha sido possível evitar o contágio, ao menos dentro da vila, porque o porto estivera sempre bem guardado. Mas entretanto, por volta de 14 de Novembro, soou a notícia de que duas pessoas haviam morrido no Machico e outras duas se encontravam doentes<sup>41</sup>. Aí, já tudo se tornava mais grave: a peste estava dentro da ilha. Já não bastava guardar apenas o porto, mas toda a povoação precisava de ser vigiada. O que não era assim tão fácil.

Ao soar o alarme de que “morriam” – bastava empregar esta palavra – em qualquer povoação mais ou menos próxima, o primeiro cuidado era fechar umas quantas portas da muralha – em regra a maioria – colocando guardas nas poucas que se

---

<sup>38</sup> CARMONA GARCÍA, Juan Ignacio – *Enfermedad y sociedad en los primeros tiempos modernos*, p. 44.

<sup>39</sup> *V. C. M. F.*, p. 210.

<sup>40</sup> *V. C. M. F.*, p. 210.

<sup>41</sup> *V. C. M. F.*, pp. 218-219.

conservavam abertas, para bem controlar todas as entradas de pessoas e objectos<sup>42</sup>. Algumas dessas portas chegavam mesmo a ser entaipadas a pedra e cal<sup>43</sup>.

Ora, o Funchal era uma vila aberta. Nunca, até então, tivera muralha, ou sentira necessidade de a ter<sup>44</sup>. Precisava, por isso, de vigiar os caminhos terrestres, ao menos aqueles que se dirigiam a lugares suspeitos, e controlar todos os transeuntes que por eles passavam em direcção à vila<sup>45</sup>. Era preciso manter guardas ao longo das estradas, o que implicava um pessoal muito numeroso, dado que a vigilância devia ser mantida dia e noite, com a conseqüente rotação de sentinelas em cada ponto de vigia. No entanto, era o que havia a fazer e assim foi feito. Não, porém, enquanto a alarmante notícia não fosse confirmada por pessoas fidedignas da terra. Para isso foram enviados dois emissários ao Caniço<sup>46</sup>, Álvaro de Ornelas e António Leme, ambos eles membros de conceituadas famílias funchalenses<sup>47</sup> e portanto homens fiáveis, a inquirir, localmente, sobre o que já tão perto deles se passava<sup>48</sup>.

Chegada a confirmação da terrível notícia foi determinado colocar guardas no Porto Novo, um deles do Funchal, o outro do Caniço. No entanto, como os moradores desta última povoação eram em pequeno número, cinco funchalenses, cujos nomes

---

<sup>42</sup> MONTEMAYOR, Julián – “Una ciudad frente à la peste: Toledo a fines del XVI”, p. 1117; MONTEANO SORBET, Peio J. – *Un enemigo mortal e invisible*, p. 106; CAMPS I CLEMENTE, Manuel; CAMPS I SURROCA, Manuel – *La pesta del segle XV a Catalunya*, pp. 59-64; CARPENTIER, Elisabeth – *Une ville devant la peste: Orvieto et la Peste Noire de 1348*, 1962, p. 100; GONÇALVES, Iria – “As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV”. In *Documentos e memórias para a história do Porto*. Vol. 45. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1987, p. 85; MARQUES, A. H. de Oliveira – *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos de vida quotidiana*, p. 122; PINA, Luís de – “A medicina portuense no século XV (alguns capítulos)”. *Studium Generale* VII (1960), pp. 455-456.

<sup>43</sup> Como chegou a acontecer, por exemplo, em Pamplona (MONTEANO SORBET, Peio J. – *Un enemigo mortal e invisible*, p. 106) ou no Porto (GONÇALVES, Iria – “As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV”, pp. 85-86).

<sup>44</sup> GONÇALVES, Iria – “Um projecto adiado: a muralha quatrocentista do Funchal”. In *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia Historica, 1996, pp. 213-214; RODRIGUES, Miguel Jasmins – “Funchal”. In MARQUES, A. H. de Oliveira; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar – *Atlas de cidades medievais portuguesas: séculos XII-XV*. Lisboa: Centro de estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990, p. 95.

<sup>45</sup> O que, não obstante a protecção das muralhas, algumas cidades praticaram, como nos diz, por exemplo: ALBINI, Giuliana – *Guerra, fome, peste*, p. 95.

<sup>46</sup> O que também fazia parte dos processos costumeiros: MONTEMAYOR, Julián – “Una ciudad frente à la peste: Toledo a fines del XVI”, pp. 1113 e 1117; MONTEANO SORBET, Peio J. – *Un enemigo mortal e invisible*, pp. 104-105 e outros.

<sup>47</sup> Famílias que faziam parte do governo municipal (RODRIGUES, Miguel Jasmins – *Organização dos poderes e estrutura social: a ilha da Madeira, 1460-1521*. Cascais: Patrimonia, 1996, p. 265). Sobre a família Leme veja-se o recente trabalho de LEME, Margarida Ortigão Ramos – “Os primórdios da família Leme na Madeira”. *Arquivo Histórico da Madeira* 1 (2019), pp. 67-101.

<sup>48</sup> V. C. M. F., pp. 218-219.

ficaram registados no livro da vereação, cumpririam o seu turno em lugar de outros tantos canicenses. Por sua vez, Nuno Fernandes, homem com plantações de açúcar e um engenho açucareiro e possuindo pelo menos seis escravos, entre os quais uma mulher com seus filhos, ficaria às ordens dos guardas e todos eles às dos respectivos capitães, a autoridade máxima na ilha<sup>49</sup>.

Desta vigilância, de onde ressalta, nítida, a existência de uma hierarquia de competências e responsabilidades, ninguém seria escusado, fossem eles vizinhos, moradores ou apenas estantes, desde que aí tivessem casa. A peste não poupava ninguém: ninguém podia escusar-se ao combate frente a ela. E para que esta determinação fosse cumprida na íntegra e todos executassem seu “giro”, foi mandado elaborar um arruamento geral com os nomes de todos os moradores, para o que se nomearam alguns homens que entre si dividiriam o trabalho<sup>50</sup>. Na altura, ficaram também indicados os lugares de onde se temia o contágio e com os quais ficavam interditas quaisquer relações. Os visitantes provenientes de outras direcções, para poderem dirigir-se à vila, teriam que apresentar aos guardas aquilo a que poderíamos chamar um boletim de sanidade<sup>51</sup> – e que se encontra designado por “recadação” – assinado por homens para isso credenciados<sup>52</sup>.

Para maior segurança e para melhor dissuadir eventuais prevaricadores no que se refere a visitantes indesejados, foram estabelecidas multas no montante de mil reais a cobrar pelo concelho – num outro local da fonte diz-se quinhentos reais – substituídas por pena de açoites, no caso em que o infractor fosse “homem de baixa sorte” e, por isso, não pudesse pagar. Igual pena teriam quantos, em casa, os recebessem<sup>53</sup>. E o certo é que a determinação concelhia teve algum efeito, embora assaz mitigado: pelo menos um visitante foi condenado ao pagamento de cem reais por ter vindo de detrás da ilha – por certo dos lados de S. Vicente – sem saber ainda da disposição em contrário, e um outro homem em duzentos reais, por o ter

---

<sup>49</sup> V. C. M. F., pp. 218-219.

<sup>50</sup> V. C. M. F., pp. 220-222.

<sup>51</sup> Também usados em outros lugares, como nos dizem, por exemplo, MONTEANO SORBET, Peio J. – *Los navarros ante el hambre, la peste, la guerra y la fiscalidad*, p. 194, ou MONTEMAYOR, Julián – “Una ciudad frente a la peste: Toledo a fines del XVI”, p. 1118.

<sup>52</sup> V. C. M. F., p. 221.

<sup>53</sup> V. C. M. F., p. 221.

incentivado a entrar na vila sem ter cargo para isso<sup>54</sup>. Pelo menos em relação ao primeiro destes indivíduos, talvez a alegação de ignorância tivesse tido algum peso, na hora de estabelecer o quantitativo a pagar.

Com todas estas notícias não nos chegaram informações sobre mortes ocorridas dentro da vila, mas apenas de famílias que foram encerradas em casa a cumprir quarentena<sup>55</sup>, o que geralmente acontecia em situações semelhantes<sup>56</sup>. Mas houve outras mortes, sim, nas Barrocas de Santa Catarina, para onde, como atrás ficou visto, eram enviados os doentes. E estas já especificamente atribuídas aos “ares pestenenceaes”<sup>57</sup>.

Porém, esses “ares” continuavam a grassar no Machico, em Santa Cruz, em Boa Ventura, onde, a 28 de Novembro, se diz que, aí, “ora adoecerom dos maos ares”<sup>58</sup>.

Durante alguns meses, os vereadores funchalenses mantiveram-se silenciosos sobre o assunto e as medidas anteriormente decretadas deviam continuar funcionando, talvez com alguns resultados. Todavia, nem tudo estava assim tão calmo, dado que a 19 de Fevereiro de 1489, mais uma vez, os magistrados locais voltaram ao assunto, mas então para se ocuparem de uma carta chegada de Santa Cruz onde os respectivos dirigentes pediam alguma abertura para os moradores da sua terra, de Boa Ventura, de Gaula e de Porto Novo poderem entrar no Funchal. O que foi aceite, embora de forma bastante cautelosa: um dia por semana, os homens casados, possuidores de boas fazendas e levando certidões de sanidade passadas pelo capitão da sua capitania, poderiam dirigir-se à vila, mas só entrariam obtendo licença do guarda-mor. Realizariam os seus negócios, mas não poderiam pernoitar no Funchal, sob pena de dois mil reais pagos ao concelho. As mesmas condições seriam válidas para os funchalenses abastados que precisassem sair para tratar dos seus

---

<sup>54</sup> V. C. M. F., p. 243.

<sup>55</sup> V. C. M. F., p. 210.

<sup>56</sup> Como referem, entre outros, TAVARES, Maria José P. Ferro – “A política municipal de saúde pública (séculos XIV-XV)”, p. 23; MONTEANO SORBET, Peio J. – *Los navarros ante el hambre, la peste, la guerra y la fiscalidad*, p.195; LEGUAY, Jean-Pierre – “La peur dans les villes bretonnes au XV<sup>e</sup> siècle”, p. 91; BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond – “Para a história do medo no Portugal quinhentista: peste e religiosidade”, p. 85.

<sup>57</sup> V. C. M. F., p. 239.

<sup>58</sup> V. C. M. F., p. 221.

interesses, mas não passariam a noite fora, ao menos desde o Porto Novo até Santa Cruz. Caso o fizessem, não seriam recebidos no regresso, nem mesmo trazendo certificado<sup>59</sup>. Parece que se considerava a noite particularmente perniciosa, nestas circunstâncias.

Estas as condições de abertura propostas pelo Funchal e logo enviadas a Santa Cruz, que se apressou a aceitá-las: dois dias passados chegava a resposta com a anuência, mas trazia ainda um acrescento às condições anteriores: limitava a validade dos certificados de saúde aos que proviessem do capitão e de dois outros homens para isso nomeados: João de Freitas e Antão Álvares<sup>60</sup>.

Guardavam-se grandes cautelas, ninguém se encontrava ainda muito seguro no que se refere a deslocações. Dentro da ilha, no entanto, notava-se algum desanuviamento.

No que se refere ao exterior, isto é, menções a barcos de qualquer proveniência aportados ao Funchal, já havia muito, neste mês de Fevereiro, que não eram feitas. Possivelmente as disposições anteriores continuariam em funcionamento e sem atropelos, porque estes, a existirem, chegariam, sem dúvida, à câmara. Porque a peste na Europa, em Portugal, continuava a fazer o seu caminho<sup>61</sup>, o que não deixava de saber-se na ilha. Havia, pois, que manter todo o resguardo possível.

A 28 de Março de 1489, os emissários que anteriormente tinham sido mandatados para irem colher informações – Álvaro de Ornelas e António Leme – de novo foram enviados a Santa Cruz para saberem, junto do capitão e dos magistrados locais “sse a terra esta ssaa”, como eles diziam, para, em caso afirmativo serem abertos os

---

<sup>59</sup> V. C. M. F., p. 240.

<sup>60</sup> V. C. M. F., p. 241. Não me foi possível, por agora, saber quem eram estes homens, mas seriam, sem dúvida, gente bem posicionada na sociedade local. Pertenceriam àquele tipo de indivíduos designados, na época, por “homens honrados”.

<sup>61</sup> BARROS, Henrique da Gama – *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*, t. V, p. 179 e seguintes; MARQUES, A. H. de Oliveira – *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos de vida quotidiana*, p. 122; RODRIGUES, Maria Teresa Campos – *Aspectos da administração municipal de Lisboa no século XV*, pp. 116-117; ROQUE, Mário da Costa – *As pestes medievais e o “Regimento proueytoso contra ha pestenença”*, p. 184; CAMPS I CLEMENTE, Manuel; CAMPS I SURROCA, Manuel – *La pesta del segle XV a Catalunya*, pp. 281-292, entre outros trabalhos.

caminhos e livremente poderem circular, embora sempre com apresentação do respectivo certificado de saúde. Até porque a abertura ainda não seria válida para os do Machico e Água de Pena, onde “a pouco que morerom dos maos ares”, e por isso os moradores de Santa Cruz que quisessem ter entrado no Funchal não podiam contactar com eles<sup>62</sup>.

De resto, os que chegavam do continente – concretamente de Lisboa, mas também de outros lugares – continuavam a cumprir a quarentena de vinte dias<sup>63</sup>. Era sabido que aí, numa povoação e noutra a peste se mantinha a fazer os seus estragos, e em fins de Abril de 1489 ficou registada a notícia de que um barco proveniente do Porto, via Setúbal, ficara de quarentena – “em degredo”<sup>64</sup>.

A 27 de Abril parece que o Machico já não estava contaminado. No entanto os magistrados funchalenses aproveitavam a ida de um seu conterrâneo – de nome Pero de Elvas – para o mandatarem a falar com o capitão, Tristão Teixeira, a fim de saberem como estava a sua jurisdição e, assim, “pera os portos serem abertos e se serujrem jrmãamente”<sup>65</sup>.

Foi a 2 de Maio que o capitão do Machico notificou estar tudo bem naquela terra, assim como em Santa Cruz e no Faial, pelo que “ouuerom os portos por abertos”, “damdo todos louuores a Nosso Senhor Deus”<sup>66</sup>.

Para já parecia estar o mal debelado. Se outras situações alarmantes voltaram a acontecer nos meses seguintes, não foi possível saber. Caladas as informações dos

---

<sup>62</sup> *V. C. M. F.*, p. 245.

<sup>63</sup> *V. C. M. F.*, p. 247.

<sup>64</sup> *V. C. M. F.*, p. 252. Neste caso, porém, o “degredo” não precisava efectivar-se. As notícias que circulavam na ilha não acusariam focos contagiosos no Porto, mas sim em Setúbal, por onde o navio passara, mas não tomara gente, nem, por certo, mercadorias, assim como em nenhum outro lugar. A tripulação não precisava esperar.

<sup>65</sup> *V. C. M. F.*, p. 252. Abria-se, no entanto, uma excepção para Gonçalo Peres Gramaxo, que esse homem era suspeito – tivera, por certo, contacto com algum lugar contaminado – bem como para os que com ele “conversam”. As formas de contágio conheciam-se já bastante bem e tudo tinha que ser minuciosamente controlado.

<sup>66</sup> *V. C. M. F.*, p. 253.

vereadores camarários por falta das actas seguintes<sup>67</sup>, nenhuma outra, de momento, foi possível encontrar. Todavia, deve ter ficado claro, para eles, a falta que nestas, como em outras circunstâncias mais ou menos similares, pode fazer um médico credenciado a quem se recorra. É certo que os recursos medicinais não eram, na época, muito eficientes, para qualquer doença, o que todos sabiam e não podia ser muito reconfortante. Mas era o possível. E muitos males podiam curar-se, o que também todos já tinham verificado. E os funchalenses resolveram então escrever para Lisboa, a Mestre Afonso, um físico que eles já conheciam pelas “mujtas curas e rremedeos que ffez e deu aos enffermos no tempo passado que aqui esteue”, pedindo-lhe para voltar. Ofereciam, anualmente, 5.800 reais, provenientes de rendas pagas por bens concelhios, para uma casa em que houvesse de morar<sup>68</sup>. Não foi possível conhecer a resposta de Mestre Afonso. Mas todos nós, a esta distância, somos capazes de compreender o quanto estes meses vividos na ansiedade alertaram os governantes funchalenses e por certo a maioria da população – se é que isso já não tinha acontecido em tempos anteriormente vividos de forma semelhante – para a falta que os recursos disponíveis, muitos ou poucos eles sejam, podem fazer em situações críticas e como é reconfortante poder contar com alguém mais sabedor que nós, a quem pedir auxílio.

Entretanto a peste continuava a alastrar pela Europa e pelo reino e, como atrás ficou dito, não deixou de fazê-lo durante os séculos seguintes. Mas talvez os funchalenses pudessem ter tido, durante algum tempo, a possibilidade de respirar em paz, sem medo de se cruzarem com os seus semelhantes.

Souto da Casa, Setembro de 2021.

---

<sup>67</sup> Do ano económico seguinte – 1489-1490 – existe apenas um fragmento correspondente ao mês de Maio, portanto já final do ano (*V. C. M. F.*, pp. 275-276). Se outros surtos de peste entretanto fizeram tremer o Funchal, não chegaram até nós os seus ecos. Mas sem dúvida que posteriormente – até ao então longínquo século XVIII – várias outras pestes ali chegaram, colocando todos em alerta. Que outros investigadores lhes sigam os rastros, que as consequências foram, em todo o lado, muitas e de variada ordem, além de, por vezes, bastante desastrosas.

<sup>68</sup> *V. C. M. F.*, p. 245.

## Referências bibliográficas

### Fontes impressas

DOM DUARTE – “Leal Conselheiro”. In *Obras dos príncipes de Avis*. Int. e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1981, pp. 233-442.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. T. I - 1.ª parte. Lisboa: Typographia Universal, 1882.

PINA, Ruy de – “Chronica do Senhor Rey D. Affonso V”. In *Crónicas de Rui de Pina*. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977, pp. 577-881.

*Regimento proueytoso contra a pestenença*. Porto: Livraria Civilização, 1962.

*Vereações da Câmara Municipal do Funchal. Século XV*. Ed. José Pereira da Costa. Funchal: Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1995.

### Estudos

ALBINI, Giuliana – *Guerra, fame, peste: crisi di mortalità e sistema sanitario nella Lombardia tardomedievale*. Bolonha: Cappilli editore, 1982.

ALBUQUERQUE, Luís; VIEIRA, Alberto – *O arquipélago da Madeira no século XV*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1987.

AMASUNO, Marcelino V. – *Contribución al estudio del fenomeno epidémico en la Castilla de la primera mitad del siglo XV: el “Regimento contra la pestilencia” del bachiller Alfonso López de Valladolid*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1988.

AMASUNO, Marcelino V. – “Literatura y epidemia: hacia una cronología del fenomeno pestoso en la Castilla del primer tercio del siglo XV”. In *Medicina castellano-leonesa bajomedieval*. Valladolid: Secretariado de Publicaciones, Universidad, 1991, pp. 9-35.

AMASUNO, Marcelino V. – “Cronología de la peste en la Corona de Castilla durante la segunda mitad del siglo XIV”. *Studia historica. Historia medieval* 12 (1994), pp. 25-32.

AMASUNO, Marcelino V. – *La peste en la Corona de Castilla durante la segunda mitad del siglo XIV*. Salamanca: Consejería de Educación y Cultura, 1996.

ARAGÃO, António – *Para a história do Funchal*. 2ª ed.. Funchal: Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1987.

BARROS, Henrique da Gama – *Historia da administração publica em Portugal nos séculos XII a XV*. 2ª ed.. Org. por Torquato de Sousa Soares. T. V. Lisboa: Sá da Costa, s.d.

BIRABEN, Jean-Noel; LE GOFF, Jacques – “La peste dans le Haut Moyen Âge”. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations* 6 (1969), pp. 1484-1510.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond – “Para a história do medo no Portugal quinhentista: peste e religiosidade”. *Revista de Ciências Históricas* VIII (1993), pp. 83-96.

BUENO DOMÍNGUEZ, María Luísa – *Espacios de vida y muerte en la Edad Media*. Zamora: Semuret, 2001.

CAMPS I CLEMENTE, Manuel; CAMPS I SURROCA, Manuel – *La pesta del segle XV a Catalunya*. Lérida: Edicions i Publicacions de la Universitat de Lleida, 1998.

CARMONA GARCÍA, Juan Ignacio – *Enfermedad y sociedad en los primeros tiempos modernos*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2005.

CARPENTIER, Elisabeth – “Autour de la peste noire: famines et epidémies dans l’histoire du XIV<sup>e</sup> siècle”. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations* 6 (1962), pp. 1062-1092.

CARPENTIER, Elisabeth – *Une ville devant la peste: Orvieto et la Peste Noire de 1348*. Paris: S. E. V. P. E. N., 1962.

COELHO, Maria Helena da Cruz – “«Fugir depressa, para longe e por muito tempo»: comportamentos dos homens acoçados pela peste”. *Memórias da Academia de Marinha* 50 (2020), pp. 435-449.

DELUMEAU, Jean – *La peur en Occident (XIV<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècles): Une cité assiégée*. Paris: Fayard, 1978.

FALK, Seb – *A Idade Média: a verdadeira Idade das Luzes*. Trad. de Elsa T. S. Vieira. Lisboa: Bertrand, 2021.

FERREIRA, Ana Maria Pereira – “A Madeira, o comércio e o curso francês na primeira metade do século XVI”. Separata de *Actas do I Colóquio internacional de história da Madeira*. Vol. I. Funchal: Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração - DRAC, 1989.

FERREIRA, Ana Maria Pereira – *Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*. Cascais: Patrimonia, 1995.

FERREIRA, Maria Emília Cordeiro – “Epidemias”. In SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de história de Portugal*. Vol. II. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1965, pp. 62-64.

FRUGONI, Chiara – *Paure medievali: epidemie, prodigi, fine del tempo*. Bolonha: Il Mulino, 2020.

GARCÍA BALLESTER, Luis – *La búsqueda de la salud: sanadores y enfermos en la España medieval*. Barcelona: Península, 2001.

GONÇALVES, Iria – “As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV”. In *Documentos e memórias para a história do Porto*. Vol. 45. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1987.

GONÇALVES, Iria – “Um projecto adiado: a muralha quatrocentista do Funchal”. In *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, pp. 211-220.

LEGUAY, Jean-Pierre – “La peur dans les villes bretonnes au XV<sup>e</sup> siècle”. *Peurs citadines, Histoire urbaine 2* (Décembre 2000), pp. 73-91.

LEME, Margarida Ortigão Ramos – “Os primórdios da família Leme na Madeira”. *Arquivo Histórico da Madeira 1* (2019), pp. 67-101.

MARQUES, A. H. de Oliveira; – *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Vol. IV da *Nova História de Portugal*. Dir. A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos de vida quotidiana*. 6<sup>a</sup> ed.. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010.

MARQUES, José – “Administração municipal de Vila do Conde, em 1466”. Separata de *Bracara Augusta* Vol. XXXVII – Fasc. 83-84 (96-97) Janeiro-Dezembro de 1983.

MEIRELES, Antonio da Cunha Vieira de – *Memorias de epidemiologia portuguesa*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1866.

MITRE FERNÁNDEZ, Emilio – *Fantasmas de la sociedad medieval: enfermedad, peste, muerte*. Valladolid: Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones E I, 2004.

MOISÃO, Cristina – *A arte das mãos: cirurgia e cirurgiões em Portugal durante os séculos XII a XV*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos - Universidade Nova de Lisboa, 2018.

MONTEANO SORBET, Peio J. – *Los navarros ante el hambre, la peste, la guerra y la fiscalidad*. Pamplona: Universidad Pública de Navarra, 1999.

MONTEANO SORBET, Peio J. – *Un enemigo mortal e invisible: los navarros en la era de la peste (1348-1723)*. 2<sup>a</sup> ed.. Pamplona: Pamiela, 2020.

MONTEMAYOR, Julián – “Una ciudad frente a la peste: Toledo a fines del XVI”. In *En la España medieval 7* (1985) - *La ciudad hispánica durante los siglos XIII al XVI*. Actas

del Coloquio celebrado en La Rabida y Sevilla del 14 al 19 Septiembre 1981. Vol. II., pp. 1113-1132.

PEÑA, Carmen; GIRÓN, Fernando – *La prevención de la enfermedad en la España bajomedieval*. Granada: Universidad de Granada, 2006.

PINA, Luís de – “A medicina portuense no século XV (alguns capítulos)”. *Studium Generale* VII (1960), pp. 387-530.

RENOUARD, Yves – “Conséquences et intérêt démographique de la Peste Noire de 1348”. In *Études d'histoire médiévale*. Vol. 1. Paris: S. E. V. P. E. N., 1968, pp. 157-164.

RENOUARD, Yves – “L'évènement mondial le plus important du XIV<sup>e</sup> siècle: la Peste Noire de 1348-1350” . In *Études d'histoire médiévale*. Vol. 1. Paris: S. E. V. P. E. N., 1968, pp. 143-155.

RODRIGUES, Maria Teresa Campos – *Aspectos da administração municipal de Lisboa no século XV*. Lisboa: Imprensa Municipal de Lisboa, 1968.

RODRIGUES, Miguel Jasmins – “Funchal”. In MARQUES, A. H. de Oliveira; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar – *Atlas de cidades medievais portuguesas: séculos XII-XV*. Lisboa: Centro de estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990, pp. 95-97.

RODRIGUES, Miguel Jasmins – *Organização dos poderes e estrutura social: a ilha da Madeira, 1460-1521*. Cascais: Patrimonia, 1996.

ROQUE, Mário da Costa – *As pestes medievais e o “Regimento proueytoso contra ha pestenença”*. Lisboa, Valentim Fernandes (1495-1496). *Tentativa de interpretação à luz dos conhecimentos pestológicos actuais*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.

RUBIO VELA, Agustín – *Peste Negra, crisis y comportamientos sociales en la España del siglo XIV: la ciudad de Valencia (1348-1401)*. Granada: Universidad de Granada, 1979.

SAINT-ÉLOY, Madeleine – “Quand la peste regnait à Nevers 1399-1628”. *Bulletin philologique et historique* I (1966-1968), pp. 335-366.

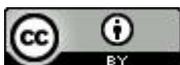
TAVARES, Maria José P. Ferro – *Os judeus em Portugal no século XV*. Vol. I. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1982.

TAVARES, Maria José P. Ferro – “A política municipal de saúde pública (séculos XIV-XV)”. *Revista de História Económica e Social* 19 (Janeiro-Abril 1987), pp. 17-32.

TOUATI, François-Olivier – “Un mal que reprend la terreur? Espace urbain, maladie et epidemies au Moyen Age”. *Peurs citadines, Histoire urbaine* 2 (Décembre 2000), pp. 9-38.

**COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:**

GONÇALVES, Iria – “Enfrentar a peste numa vila da Idade Média: Funchal, 1488-1489 (Nótula de história urbana)”. *Medievalista* 32 (Julho – Dezembro 2022), pp. 341-363. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).